

MERCADO DE TRABALHO E ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES SUSTENTÁVEIS PARA ANGOLA

Manuel Martins Xavier Kidito da Gama¹

Hugo Ediberto Pedro²



Resumo: Este artigo desenvolvido com base na metodologia mista, analisa a relação entre o mercado de trabalho e o ensino superior em Angola, destacando os desafios e oportunidades para alcançar o desenvolvimento sustentável conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (educação de qualidade) e 8 (trabalho digno e crescimento econômico). A pesquisa revela que atualmente o mercado de trabalho angolano reflete setores formal e informal, fruto das reformas iniciadas em 1991. A maioria da população ativa trabalha na informalidade. O ensino superior caracteriza-se por formal, tendo evoluído de uma única instituição pública para 100 (incluindo privadas) sobretudo a partir dos anos 90. Simultaneamente afere-se o crescimento de docentes e discentes. Destaca-se o impacto da pandemia de Covid-19, que acelerou a adoção de modalidades de ensino à distância e provocou recessão da economia. Pesquisas de opinião indicam que os estudantes frequentam o ensino superior para obter empregos dignos. Os desafios prementes resumem-se nas condições das infraestrutura, tecnologia, sustentabilidade financeira e qualidade do processo ensino aprendizagem e a sua mitigação tem gerado oportunidades de crescimento da economia nacional. Conclui-se ser profícua a relação entre os dois setores e fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: economia, mercado de trabalho, ensino superior, tecnologia, objetivos de desenvolvimento sustentável.

1.....Doutorado em Ciências Económicas. <https://orcid.org/0000-0001-9998-5871>

2..... Mestrando em Governação e Gestão Pública. <https://orcid.org/0009-0001-6362-4131>

LABOUR MARKET AND HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND SUSTAINABLE OPPORTUNITIES FOR ANGOLA

Abstract: This article, developed using a mixed methodology, analyzes the relationship between the labor market and higher education in Angola, highlighting the challenges and opportunities for achieving sustainable development in accordance with Sustainable Development Goals 4 (quality education) and 8 (decent work and economic growth). The research reveals that the current labor market reflects both formal and informal sectors, a result of the reforms initiated in 1991. The majority of the active population works informally. Higher education is characterized by formal education, having evolved from a single public institution in the same period to 100 (including private institutions). Simultaneously, there has been an increase in faculty and student numbers. The impact of the COVID-19 pandemic, which accelerated the adoption of distance learning modalities and caused an economic recession, is highlighted. Opinion polls indicate that students attend higher education to obtain decent jobs. The pressing challenges are summarized in infrastructure, technology, financial sustainability, and the quality of the teaching-learning process, and mitigating these challenges has generated opportunities for growth in the national economy. He concludes that the relationship between the two sectors is fruitful and fundamental for the country's sustainable development..

Keywords: economy, labor market, higher education, technology, sustainable development objectives.

Introdução

O artigo aborda o tema “Mercado de Trabalho e Ensino Superior: Desafios e Oportunidades Sustentáveis para Angola”. É norteado pelo objectivo de descrever a relação entre o mercado de trabalho e o ensino superior no contexto do desenvolvimento sustentável.

Os resultados da pesquisa aduzem à compreensão de que a atual estrutura do mercado de trabalho e do ensino superior reflete as reformas que começaram no início da

década de noventa e influências de factores que condicionam o desenvolvimento.

As aceções sobre o mercado de trabalho caracterizam-no pela combinação de dois tipos de estruturas: a formal, tipificada pela oferta pública e privada, e a economia informal definidas por actividades que não estão total ou parcialmente regulamentadas, que não têm um regime de proteção social, mas que ocupam uma grande maioria dos cidadãos. Os indicadores do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de 2023 apontaram que a taxa de emprego situara-se em 34,5% e a de desemprego de 16,5%, aferidas na população com mais de 15 anos e, por outro lado, que em 2019 a taxa do ensino superior no emprego estruturado se situara-se em 67,6%. As fontes revelam que as estruturas formais e informais, até ao 3º trimestre de 2024 absorviam 12.315.283 pessoas empregadas, com 10% no setor **público**, 12% no **privado** e 78% no informal.

O subsistema do ensino é caracterizado exclusivamente pela estrutura formal, advindo de um contexto em que até 1991 havia apenas uma única Instituição do Ensino Superior (IES) pública. De acordo com o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) existem no país 100 IES, das quais 31 públicas e 69 privadas, 41% destas concentradas em Luanda. E na perspectiva regional verificou-se que as províncias costeiras absorvem 62%. Afere-se crescimento da população docente e discente. Segundo o INE até 2019 existiam no país 11.433 docentes universitários: 10% doutores, 35% mestres; 53% licenciados. Não obstante, esta evolução, o setor enfrenta desafios relacionados com a qualidade do pessoal docente, a autonomia e sustentabilidade orçamental, a qualidade das infraestruturas, da tecnologia e eficácia processo de ensino e avaliação, entre outros.

À par do levantamento teórico, foram realizados inquéritos de opinião na província de Luanda, a 396 cidadãos (196 no mercado de trabalho e 200 em IES públicas e privadas). Os resultados evidenciaram que 96,9% dos inquiridos preferem trabalhar no setor público e 57,5% consideraram baixa a qualidade do ensino superior, embora reconheçam que frequentam o ensino superior para conseguir um trabalho condigno e melhores condições salariais.

A transversalidade do tema induziu análises à história económica e social contemporânea e objectiva contribuir com

matérias que podem servir para múltiplos consumos, pela sociedade no geral, decisores públicos, académicos, *stakeholders*, investidores e outros interessados.

A pesquisa concluiu ser profícua a relação entre mercado de trabalho e ensino superior e fundamental para o desenvolvimento sustentável do país, perpassando pela continuidade das reformas e materialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 8.

O artigo foi elaborado com base na metodologia mista, que se consubstanciou em análises bibliográficas, documental e estatísticas derivadas dos inquéritos de opinião.

Breve enquadramento da história económica contemporânea de Angola

A trajectória económica contemporânea de Angola tem no ano de 1992, o seu marco. Redefinida, na sequência dos eventos e paradigma internacional suscitado pós queda do muro de Berlim em 1989, conjuntura que impulsionou modificações ao ambiente político doméstico, com destaque para a substituição do modelo socialista de ideologia marxista-leninista, introduzido pela Lei de alteração Constitucional de 7 de Fevereiro de 1978 pelo democrático em 1992, formalizado pela Lei n.º 12/91, de 6 de Maio e a Lei de Revisão Constitucional n.º 23/92, de 16 de Setembro, da Assembleia do Povo.

Segundo Teixeira (2011, pp. 2-3) “em 1992, estabelece-se o princípio da democracia económica, consagrando a coexistência de diversos tipos de prioridade pública, privada”, numa perspectiva de desestimular o acentuado dirigismo e intervenção directa do Estado na economia. A Constituição da República de Angola de 05 de Fevereiro de 2010 (CRA-2010) reafirmou o sistema económico de mercado e salvaguarda o Estado como regulador da economia, (artigo 89, alínea c). Porém, subjazem discussões sobre se a intervenção do Estado manter-se-á no extremo máximo ou se evoluirá para regulador, face a decorrência da Lei n.º 10/19, de 14 de Maio e do Decreto Presidencial n.º 250/19, de 05 de Agosto, que dão suporte legal a decisão de se privatizarem 109 ativos públicos.

Não obstante, estes avanços, eventos paralelos impactaram o crescimento económico do país. Tomemos por amostra

as décadas de noventa e dois mil. Segundo Liberato (2015, p.35) “o país foi devastado e a economia estrangulada”. Para Gonçalves (2011, p.117) contribuíram para a difícil situação económica o fator guerra, a insuficiência de recursos humanos qualificados e persistência do extractivismo. Rocha (2004, p.89) sugere que “o índice de industrialização passou de 29,6% em 1974 para 3,3% em 2000, ou seja, a capacidade de transformação do país é hoje [início da década de 2000 – ênfase nossa] quase 9 vezes inferior à existente nos alvores da independência”.

A “boia de salvação” para a complexa situação económica vivida na década de noventa dá-se entre 2002-2008, quando de acordo com Rocha et. al (2023, p.17), o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 11,5% ao ano, sobre o contexto o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC, 2010, p.46), observou:

“O sistema produtivo angolano continua a enfermar de muitas lacunas. Algumas actividades têm respondido, duma forma bastante aceitável, aos desafios que o crescimento económico tem colocado aos diferentes agentes. Mas prevalecem vários escolhos, tais como as deficientes infraestruturas de transporte e de produção e distribuição de electricidade, água, a desqualificada mão-de obra [...]”

Além destes escolhos, reconhece-se os efeitos negativos dos mercados financeiros internacionais, da crise financeira internacional de 2008 (Gonçalves 2011, pp.132-133; Filipe, 2012 pp.108-112), da suspensão da compra directa do dólar dos Estados Unidos da América em 2015, as altas taxas de inflação e de desemprego, a depreciação cambial, a dívida interna e externa que para o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024) “segundo as projeções, o rácio da dívida pública sobre o PIB aumentou 19 pontos percentuais, para cerca de 84% do PIB, em 2023”o que não aceção do CEIC (2023, p.178) produz efeitos adversos ao crescimento.

Mais recentemente, a propagação do coronavírus (Covid-19) impactou negativamente o desempenho económico devido a paralisação parcial da produção em todo mundo. Segundo a Embaixada dos Estados Unidos da América e o FMI estimou queda do PIB de US\$ 89 bilhões em 2019 para US\$ 62,72 bilhões de dólares norte americanos em 2020, ou seja, cai 17,3%. O Banco Mundial (2024), referindo-se ao panorama económico do país descreveu:

A economia não está a gerar empregos suficientes para acompanhar o crescimento da população em idade activa em Angola. Entre o final de 2022 e o final de 2023, mais de 550 000 novos trabalhadores entraram na população activa, mas apenas 10 000 postos de trabalho foram criados. O desemprego urbano e juvenil subiu para 42 e 58% no final de 2023, respetivamente, em comparação com 39 e 53% no ano anterior.

Com relação ao crescimento para os próximos cinco anos, o Ministério das Finanças (MINFIN, 2023) refere que “as previsões efetuadas dão conta de um crescimento médio anual de 3,95% para a economia nacional no horizonte 2023-2028 [...]”.

Paralelamente as modificações e a evolução económica, testemunhou-se nas duas últimas décadas, o recrudescer do ensino superior e estudos, com realce para o promovido pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), intitulado “Macroestrutura da Administração Pública Angolana”, visando a modernização tecnológica. Destarte, têm sido posto em marcha, no âmbito da reforma do Estado, vários instrumentos estratégicos, destacando-se em sentido lato, a institucionalização do MESCTI, através do Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de Maio, que tutela a administração do ensino superior, e, em sentido restrito, o Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação 2019 – 2022, aprovada pelo Despacho Presidencial n.º 129/19, de 22 de Julho.

Para percebermos os cenários em volta à modernização tecnológica, acolhemos duas aceções. Do INACOM-Instituto Nacional de Telecomunicações (2024) que ajudam-nos a perceber a evolução dos utilizadores de *internet* e do EGDI- Índice de Desenvolvimento do Governo Electrónico (2020, p.59), que ilustra neste ano que o país situara-se na 159ª posição do ranking internacional e em 2022 passou para 157ª, verificando-se um avanço positivo de dois pontos percentuais, tendo-lhe sido prestada a nota a seguir:

Em África, 61 por cento dos países oferecem uma média de 12 serviços *online*. A Pesquisa de 2022, indica nos resultados que pela primeira vez, cinco países de África (Nigéria, Ruanda, Angola, Egipto e África do Sul) oferecem 20-21 serviços públicos *online*. Isto é digno de nota, dado que apenas 63 dos Estados-Membros oferecem 20 ou mais dos 22 serviços avaliados (25 países na Europa, 22 na Ásia, 9 nas Américas, 5 na África e 2 na Oceania).

A taxa de penetração de internet é estimada em 28,%, partindo-se do cálculo, total da população e número de subscritores registados pelo INACOM, segundo o qual, até ao 3º trimestre do ano 2022 registou 9.595.501 subscritores, aferindo-se crescimento de 6,5% comparativamente ao ano 2020.

Caraterização e estrutura do mercado de trabalho em Angola

A estrutura do mercado de trabalho angolano combina as estruturas formais e informais e é reflexo das sucessivas e ainda presentes reformas e o engajamento do Estado na conformação normativa internacional, factor que serve de aio para sua otimização, particularizando-se, as do foro económico, social, institucional e tecnológico.

O Estado angolano, é membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde 04 de Junho de 1976. Define na sua Constituição de 05 de Fevereiro de 2010, no título II, artigo 76.º, o trabalho como um direito fundamental, valorizando-o como instrumento protetor e promotor da dignidade, do valor e dos direitos da pessoa humanas, bens inalienáveis e perenes, que constituem o núcleo da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU, 1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que nos “artigos 22.º a 27.º reconhece, os direitos económicos, sociais e culturais”. Pela sua dimensão e alcance global, ratificou a Agenda 2030, os quais, concernente ao mercado de trabalho na óptica do presente artigo, é elegível o n.º 8: “Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (ONU, 2015).

A gestão do mercado de trabalho é multisetorial, com tarefas executivas atribuídas ao MAPTSS (Decreto Presidencial n.º 66/23, de 06 de Março), ao qual incumbe gerir e fiscalizar as políticas públicas e os programas setoriais nos domínios da Administração Pública, da Administração do Trabalho e da Segurança Social. O quadro regulatório, da iniciativa desta entidade reflecte algumas exigências atuais nacionais e internacionais, com realce para a Lei n.º 26/22, de 22 de Agosto, Lei de Bases da Função Pública, a Lei n.º 112/24, de 17 de Maio que regulamenta o acesso ao setor público por meio de concursos públicos, a Lei n.º 12/23, de 27 de Dezembro, Lei Geral do

Trabalho, o Decreto Presidencial n.º 52/22, de 17 de Fevereiro. Regulamento do Exercício da Actividade Laboral em Regime de Teletrabalho, factores que atribuem ao mercado de trabalho a estrutura formal.

A estrutura informal ou economia informal consiste em actividades que não estão total ou parcialmente regulamentadas e não promovem a protecção social, mas que ocupam grande parte da sociedade, exercendo tarefas nos mercados informais, kinguilas e doleiros (vendedores de moeda estrangeira fora do sistema financeiro), candongueiros (taxistas sem carteira profissional) e roboteiros (estivadores com carros de mão) (Lopes, 2014; Singui, 2025).

O contexto populacional do país em 2023 era de 34.094.077 habitantes, e a população economicamente activa, com 15 ou mais anos, foi estimada em 17.157.929 pessoas (INE, 2016, p.25). Neste mesmo ano, a taxa de emprego aferida foi 34,5% e a de desemprego em 16,5% (INE, 2024, pp.10-14). Para o CEIC (2023, p.18) “a taxa de desemprego em Angola é das mais altas do mundo e as políticas de fomento de emprego deixam de fora a consideração não apenas dos diferentes tipos de emprego, que exigem políticas de combate diferenciadas, como das relações entre capacidade de crescimento e a taxa natural de desemprego”.

Reportando a evolução da taxa de emprego entre 2019-2023, a Ernst & Young S.A (2021, p.38) relata que “Em 2019, cerca de 61,2% da população em idade activa estava empregada, sendo esta taxa mais reduzida para o grupo etário entre os 15 e 24 anos, o que é, em parte, explicado pelo aumento da escolaridade verificada nos últimos anos”. O INE (2021) por seu turno aferiu no 4.º trimestre de 2020 a taxa de 62,8%, enquanto o Banco de Desenvolvimento Africano (2021, p.15), aferiu em 2021, a taxa de 63,41%. Entretanto no 4.º trimestre de 2023, regista-se uma queda de -2,71%, considerando que o INE (2024, p.12) apurou que “a taxa de emprego foi estimada em 60,7%”.

Mercedes et. al (2023, p.3) no relatório “Bons Empregos para a Juventude Angolana: Oportunidades, Desafios, e Orientações de Políticas - Relatório de Política” caracterizam a participação da força de trabalho entre 2018/2019, argumentando:

O setor privado mais consolidado – as empresas registadas ou com um local fixo e visível – emprega 650.000 trabalhadores, num total de 9,1 milhões de trabalhadores. O setor privado de Angola é dominado por microempresas, com 79 por cento das empresas a empregar menos de cinco trabalhadores, representando 14 por cento dos trabalhadores do setor privado no censo empresarial. Por outro lado, as grandes empresas com mais de 100 trabalhadores representam apenas 1 por cento de todas as empresas fixas e visíveis, mas empregam 44 por cento dos trabalhadores do setor privado, de acordo com o censo empresarial.

Por setor de actividade económica principal, o INE (2024, p.12) reporta que no 4º trimestre de 2023, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com 50,0% é o que maior volume somou, seguido do comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos com 21,7%, que constituem dois grandes grupos com 71,7% e os restantes 28%, distribuídos nas administrativas, segurança social, transportes, armazenagem, alojamento, comunicação, artísticas, desportivas, das famílias empregadoras de e afins.

A taxa de emprego por sexo, segundo o nível de ensino frequentado, de acordo com a amostra tomada de 2019, situou o ensino superior nos 67,6% (homens 59,8% e mulheres 48,9%), no universo da taxa de emprego estruturado. Os demais níveis apresentaram: ensino primário 74,0%; nunca frequentaram ensino/alfabetização 73,5%; secundário - 1º ciclo 49,2%; secundário – 2º ciclo 47,1%, (INE, 2020, p.17).

Com a aprovação do Decreto Presidencial n.º 46/24 de 01 de Fevereiro a oferta salarial para técnicos superiores alcançou em 2024, o máximo em kwanzas de 424.527,77 referente a carreira de assessor e o mínimo de 265 329,86 para o técnico superior de 2ª classe, numa conjuntura em que o salário mínimo nacional foi fixado no montante em kwanzas 70.000,00.

Este quadro decorre de uma conjuntura, em que segundo o INE, no 3º trimestre de 2024, haviam 12.315.283 pessoas empregadas, deduzindo-se que 10% estejam no setor público, 12% no privado e 78% estejam no informal, segundo noticiou o Jornal Valor Económico em 2024. Sobre o indicador que recuperámos para endossar a reflexão, a questão de Rocha et. al (2023, pp.30-31) “[...] o que é mais importante neste momento para a sociedade angolana, para os trabalhadores, para os

empresários e para os decisores públicos: o desemprego ou o trabalho com um salário mínimo?” Um dilema contemporâneo de resolução a médio e longo prazo, caso os decisores políticos optem pelo trabalho com salário mínimo e imprimam rigor na reconversão dos 78% que prolifera a cada dia sem regulamentação, não obstante a existência do Programa de Reconversão da Economia Informal 2023-2027.

Para subsidiar as asserções foram inquiridos no município de Luanda 196 de cidadãos, dos grupos etários de 17-26 anos (35%), 27-36 anos (37%) e mais de 36 anos (28%), através dos quais se obtiveram as opiniões seguintes:

Questão 1: segundo a seguinte escala percentual: baixa (25%), média (50%), boa (75%) e muito boa (100%), qual a sua opinião sobre a oferta de emprego para técnicos superiores?

- 54,6% dos inqueridos declararam que a oferta de emprego para técnicos superiores é baixa e 45,4% afirmarem ser média.
- A resposta dos 107 inquiridos que afirmaram ser baixa induz a sentido de cepticismo ou insuficiência de ofertas de emprego, enquanto a dos 89 que afirmaram ser média ao otimismo com procura superior a oferta.

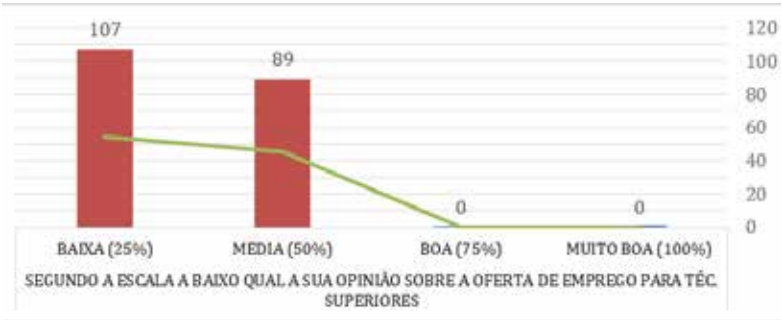


Figura1: Opinião sobre a oferta de emrega para técnicos superiores
Fonte: Inquérito autores

Questão 2: em termos de mercado de trabalho qual setor é a sua preferência?

- 96,9% dos cidadãos optou pelo setor público em detrimento do privado. As ilações a respeito desta percentagem, hipoteticamente, radicam na consciência histórica dos cidadãos, podendo ser encontrado na figura 3 algumas explicações sobre as razões.



Figura 2: Preferência setor público vs setor privado
Fonte: Inquérito autores

Questão 3: que condições o atraíram para o setor público?

- Os 96,9% que optaram pelo setor público alicerçaram-se na estabilidade profissional e justificações apresentaram as seguintes inferências 98% por segurança jurídica, 96,4% devido o salário, 57,7% por progressão na carreira e 96,9%.

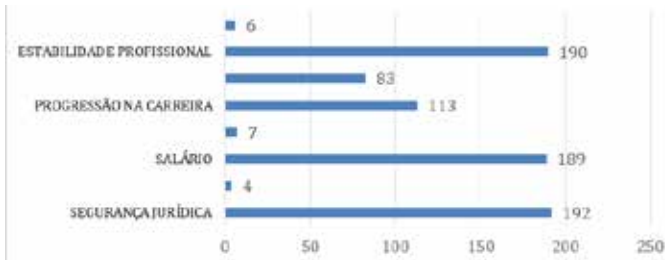


Figura 3: Condições que atraíram para o setor público
Fonte: Inquérito autores

À guisa de conclusão deste capítulo, como ilustrado o mercado de trabalho em Angola combina estruturas formal com 22% e a informal com 78% das pessoas empregadas, enfrenta desafios estruturantes e conjunturais.

Caraterização e estrutura do ensino superior em Angola

A educação e o ensino superior, *per se* são vetores de sustentabilidade. Nos termos do artigo 79.º da CRA-2010, é um direito fundamental. Para Baptista (2020, p.111) “[...] a Educação Superior está fortemente atrelada ao desenvolvimento econômico e social, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados ou como peça indispensável na produção científico-tecnológica, [...]”, sendo estes na realidade angolana, os agentes que mais têm forjado a inclusão social e a democratização (Cassinela, 2022, p.5), ultrapassadas as sevícias anteriores à criação da primeira e segunda república.

O ensino superior em Angola foi liberalizado com a adopção da democracia, uma vez que, como afirma Carvalho (2012, pp.52-54) entre 1976 a 1991, existia apenas uma única Instituição de Ensino Superior (IES) público, a atual Universidade Agostinha Neto Criada em 1985, pela Resolução n.º 1/85, de 28 de janeiro, em substituição da Universidade de Angola segundo Filho e Aleaga, (2012, p.187).

Como assevera Kandingi (2016, p.68) “o Ensino Privado em Angola foi institucionalizado através do Decreto-Lei n.º 21/91, de 22 de Junho, por intermédio do qual o Estado reconhece a sua incapacidade em satisfazer a grande procura de educação, devido à pressão exercida pelos segmentos da população urbana, que demonstra possuir uma forte capacidade aquisitiva [...]”, tendo na sequência deste sido criada em 1992, a primeira IES privada, a Universidade Católica de Angola, criada à Luz do Decreto n.º 38 – A/92; – Suplemento de 07 de Agosto, conforme aceção de Filho e Aleaga (2021, p.188) e de Kandingi (2016, p.70).

Passados mais de trinta anos, existem no país 100 IES segmentadas em: (i) Públicas (31): 11 Universidades Públicas, 12 Institutos Superiores, 04 Escolas Superiores, 01 Escola Superior Militar, 01 Instituto Superior de Polícia, 01 Academia de Ciências Sociais e Tecnologia de Informação, 01 Academia

Diplomática; (ii) Privadas (69): 11 Universidades, 57 Institutos Superiores e 01 Escola Superior (MESCTI, 2024). Todas elas visam promover a visão assente no ODS 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” para o que concorrem as avaliações nos termos das normas internas e internacionais.

Deste quadro concebemos a geografia das IES e verificamos que a província de Luanda (41%) lidera o *ranking* nacional, seguida por Benguela (9%), Huila (7%) e Huambo (7%), respectivamente. Distinguimo-las por região, adoptando a sugestão de separar as províncias costeiras que são: Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza-sul, Benguela e Namibe que representam 62% do universo de IES e as não costeiras que incorporam o Norte: Uíge, Cuanza Norte e Lunda-Norte 7%; Centro: Malanje, Huambo e Bié 18%; Sul: Cunene, Cuando Cubango, Huila 9% e Leste: Moxico e Lunda Sul:4%.

Em relação a população docente e discente, o INE (2021, p.300) indica que até 2019 existiam no país 11.433 docentes universitários: 1.244 (10%) Doutores; 4.096 (35%) mestres; e 6.084 (53%) licenciados. O ensino superior é tutelado pelo Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, instituído em 2010, pelo Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de Maio.

Carvalho (2012, p.55) e Cassinela (2022, p.5), respectivamente, listam o crescimento dos estudantes do ensino superior. Segundo o primeiro autor em 1997 haviam sido registados 7.916 estudantes e em 2011, um total de 140.016, períodos quais distinguimos três: 1997-1998; 2001-2005 e 2008-2011, aferindo-se taxas médias de crescimento 3,7%; 12,2% e 5,8% respectivamente. Do trabalho de Cassinela (2022, p.5) afere-se que num lapso de cinco anos 2012-2016, a taxa média de crescimento foi de 9,1%.

Amostras recentes publicadas pelo MESCTI (2024), situam-nos que em 2022 foram disponibilizadas e matriculados pela primeira vez 158.910 estudantes e em 2023, o total de 230.252 vagas, 200.392, representando em termos percentuais “um aumento de 30% de novos estudantes em relação ao ano anterior” Entrementes, deste universo que e cujo histórico demonstra crescimento interessa-nos conhecer a taxa de conclusão do ensino superior. O Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037 sugere que “em 2019, apenas

3,2% da população com mais de 25 anos tinha uma graduação superior”, sendo entretanto um indicador aquém das expectativas relacionadas a formação de quadros superiores.

Em parte, essa taxa de capital humano com formação superior é explicada pelos factores que emperraram o desenvolvimento económico, a limitação da despesa pública para o segmento da educação e ensino, abaixo de 4% segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2024, pp.21-20) e conforme descreve Cassinela (2022, p.11) “os estudantes enfrentam dificuldades materiais e académicas, relativas à sua trajetória na educação básica e ao seu capital económico, social e cultural”.

A gestão do ensino superior, em particular o público, tem atravessado períodos adversos, desde as reformas que deram azo a institucionalização em 2010, do MESCTI (estatuto orgânico aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 221/20, de 27 de Agosto), qualidade do pessoal docente, a autonomia, sustentabilidade orçamental, infraestruturas e tecnologia. O quadro jurídico regulatório espelha a realidade sociológica nacional, não obstante estar alinhado a diretrizes da UNESCO, fundamentalmente, permitindo a otimização no âmbito da materialização do ODS 4 que se resume em acesso, expansão, promoção e qualidade.

Do acervo, destaca-se a Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, sobre a Alteração e Republicação da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino, enquadrando na alínea f, do artigo 17.º o ensino superior como um subsistema de ensino, o Decreto Presidencial n.º 59/20, de 03 de Março, que regulamenta a introdução das Modalidades de Ensino a Distância e Semi-Presencial no Subsistema de Ensino Superior, o Decreto Presidencial n.º 203/18, de 30 de Agosto. Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior.

Um dos mais adversos períodos foi a crise pandémica provocada pelo covid-19, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2024). Cerdeira e outros (2023, p. 26241) salientam que a Organização Mundial da Saúde requereu “uma preparação e resposta crítica na base do isolamento físico e social”, sugerindo “teletrabalho, fecho de escolas e cancelamento ou reprogramação de eventos”, os autores, que analisam os efei-

tos desta em Angola, Moçambique e Portugal no período de 2020 a 2022, registam:

[...] com o diagnóstico do primeiro caso de Covid-19, em 21 de julho de 2020, as medidas restritivas foram agravadas. Assim, a 25 de julho de 2020 foi decretado o «Estado de Emergência» que submeteu o país a um «rigoroso confinamento geral da população» (ANGOLA, 2020b) (...) Com o encerramento das instituições de ensino, cerca de 308.309 estudantes e 8.883 docentes de instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, distribuídos entre 15 IES públicas e 57 IES privadas e público privadas, corriam o risco de interrupção ou interrupção nas atividades letivas, causando enormes prejuízos para formação de mão-de-obra qualificada para Angola [...].

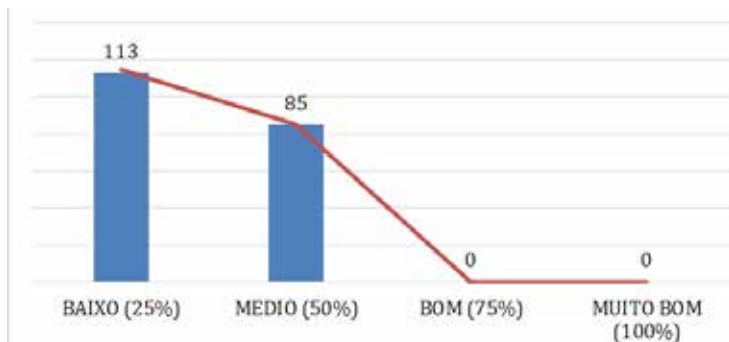
Os desafios deste fenómeno proporcionaram cenários novos no processo de ensino como vimos que aconteceu com Angola, que em 2020 regulamentou as modalidades de ensino à distância e semi-presencial no subsistema de ensino superior. A UNESCO (2024) no *webinar* realizado dia 30 de Junho de 2021, divulgou que alguns países conseguiram transformar os desafios em oportunidades através da digitalização da educação, referindo-se aos resultados de uma pesquisa sobre os efeitos das interrupções no ensino superior entre Dezembro de 2020 a Fevereiro de 2021.

Para endossar as asserções deste setor inquirimos 200 estudantes do ensino superior, com faixa etária dos 17-26 anos (46%), 27-36 anos (35,5%) e mais de 36 anos (18,5%) de quatro IES, designando-as por A e B (02 privadas com 100 inquiridos) e C e D (02 públicas com 100 inquiridos), em virtude de não serem autorizadas a divulgação das denominações.

Questão 4: Segundo a escala: baixo (25%); médio (50%); bom (75%) e muito bom (100%), qual a sua percepção sobre a qualidade do ensino superior em Angola?

- a) Genericamente, 57,5% dos inquiridos mostraram ter percepção de qualidade baixa que corresponde 25% e 42,5% média correspondente a 50%.
- b) Distribuindo-as por segmentos verificou-se:
A-B: 58% afirmaram ser baixa e 42% média;
C-D: 57% responderam ser baixa e 43% média.

Figura 4: Percepção dos estudantes sobre a qualidade de ensino em angola



Fonte: Inquérito autores

Questão 5: Por que razão frequenta ou frequentaria um curso superior? Orientada por duas opções: (i) para conseguir trabalho condigno e (ii) para ter melhores condições salariais.

- a) Os resultados gerais indicam que 92,5% dos inquiridos frequenta ou frequentaria um curso superior para ter melhores condições salariais enquanto 88% afirmou para conseguir trabalho condigno.
- b) Distribuindo-as por segmento, verificou-se:
A-B: opção (i) 76% e (ii) 24%;
C-D: opção (i) 100% e (ii) 100%.
- c) Deduz-se deste modo, que os inquiridos das C-D percebem que frequentar o ensino superior seja uma oportunidade para trabalho condigno e melhores condições salariais.

Questão 6: Como estudante, ou já formado com curso superior, avalia que as condições são boas ou más? Subordinada nas opções: (i) infraestrutura e (ii) tecnologia, (iii) bibliotecas, (iv) laboratório. A resposta geral apresentou:

- a) Infraestruturas 87,5%; tecnologias 89%; bibliotecas 54,5% e laboratórios 94%.
- b) IES A-B: avaliaram como más as condições, observando-se as seguintes percentagens: infraestruturas 75%; tecnologias 95%; bibliotecas 62,5% e laboratórios 94%.

- c) IES C-D: avaliaram como más as condições, aferindo-se: infraestruturas 100%; tecnologias 83%, laboratórios 94%, com ressalva para as bibliotecas que 53% afirmaram serem boas.

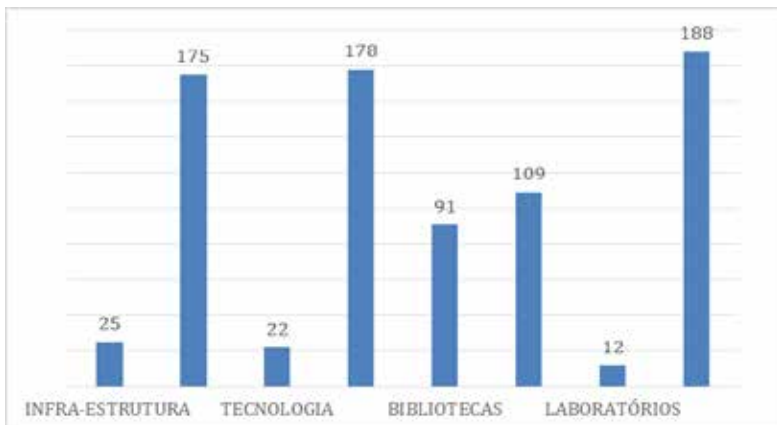


Figura 5: Opinião sobre as infraestruturas e condições técnicas existentes
Fonte: Inquérito autores

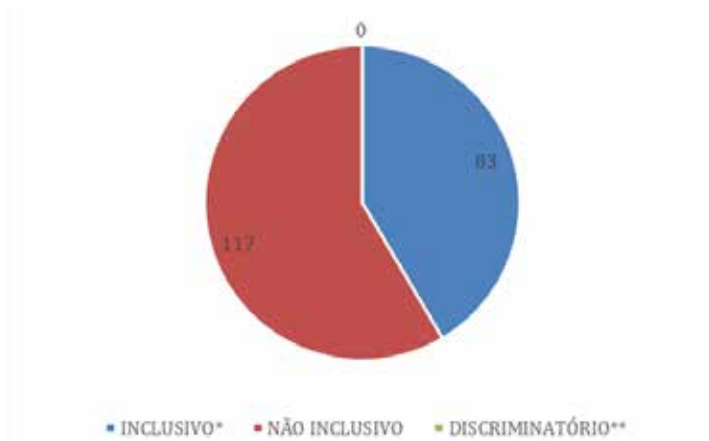


Figura 6: Opinião sobre o acesso ao ensino superior público e privado
Fonte: Inquérito autores

Questão 7: Na sua opinião o acesso ao ensino superior público e privado é (i) inclusivo; (ii) não inclusivo; (iii) discriminatório e em paralelo o que acha do valor cobrado das propinas, observando-se:

- a) 58,5% afirmaram não ser inclusivo e 41,5% afirmou ser inclusivo. Sobre o valor das propinas 88,5% afirmaram não ser acessível, aferindo-se por categoria:
- b) IES A-B: 56% afirmaram não ser inclusivo e 44% afirmaram ser inclusivo e relativamente ao valor de propinas cobrado 83% afirmaram não ser acessível.
- c) IES C-D: 50% afirmou não ser inclusivo e 50% afirmaram ser inclusivo e relativamente ao valor de propinas cobrado 94% afirmaram não ser acessível.

Este capítulo ilustrou que o perfil do ensino superior é formal liberal e cresceu em quase cinquenta anos, evoluiu de 01 única IES para 100 atualmente, com tendência crescente do pessoal docente e discente, não obstante encarar desafios relacionados as limitações socioeconómicas das famílias, infraestrutura, tecnologia, sustentabilidade financeira e qualidade do processo ensino aprendizagem. Mostrou igualmente que existem esforços para adaptação às diretrizes internacionais com vista ao aumento da qualidade do processo de ensino aprendizagem. Foi reforçado com pesquisa empírica a estudantes que responderam ser baixa a qualidade ensino, mas que é a oportunidade de empregos condigo e melhores salários.

Desafios e oportunidades sustentáveis para Angola, no âmbito do mercado de trabalho e do ensino superior

É percepção dos autores, baseada na leitura da história política e económica contemporânea de Angola, que os desafios e as oportunidades sustentáveis dos objetos em estudo, derivam da estrutura do sistema internacional para o nacional, uma analogia ao efeito borboleta explicado por Edward Lorez (1963). Por ilustração, as consequências do covid-19, tensões geopolíticas e dos conflitos militares regionais. Estes efeitos

são percebidos nas esferas económica e social, quando em 2020, o BM estimou que o PIB global encolheria 5,2%, sendo a “mais grave recessão desde a segunda guerra mundial”, e a OIT (2020) aferiu que no segundo trimestre deste ano, as horas de trabalho cairiam 14% o equivalente a “400 milhões de empregos em tempo integral”, que afetou “particularmente nas economias em desenvolvimento”.

Internamente, estes fenómenos terão ampliado os desafios. Em sentido amplo e como resultado da discussão teórica, percebe-se perpassar pela definição do modelo económico, a diversificação económica (Rocha et. al, 2018, 2023) e a reconversão da economia informal (Lopes, 2014; Singui, 2025).

Em sentido restrito, continuar a reformar o mercado de trabalho e o ensino superior conformando à realidade socio-política e diretrizes internacionais, especialmente às metas da Agenda 2030, tendo para o efeito integrado no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN, 2023-2027), os ODS, no âmbito da concretização dos requisitos dos ODS 4 e 8.

Decorrente ainda do PDN 2023-2027, verificam-se os seguintes objetivos: (i) aumento do número de empregos, (ii) criação de cursos de graduação adaptados às exigências do mercado de trabalho; (iii) aumento dos postos de trabalho no setor industrial, (iv) fortalecimento das IES e do processo de avaliação. Para a concretização destes objetivos, a alteração do quadro macroeconómico é essencial. De acordo com o PDN 2023-2027, até 2027 objetiva-se garantir a manutenção do crescimento anual do PIB real em 3,07% e do PIB % não petrolífero em 5,02%, o qual se refletirá em emprego, com impacto no decréscimo da taxa de desemprego (abaixo dos 25%) e renda (com a população da que vive abaixo do limiar da pobreza a menos de 30%).

À contraparte, concebe-se que estes objetivos gerem oportunidades de construir um novo paradigma, impulsionado pelo aumento do emprego e redução do desemprego, otimização do processo produtivo e comercial, mediante a modernização tecnológica e infraestrutural, mais qualificação da mão-de-obra e qualidade no processo ensino-aprendizagem. De igual modo, a reconversão dos 78% cujo problema tem características multidimensionais.

Considerações finais

O artigo analisou o tema, “Mercado de trabalho e ensino superior: desafios e oportunidades sustentáveis para Angola” e concluiu ser profícua a relação entre mercado de trabalho e ensino superior e é fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

Os principais barómetros que permitem medir esta relação são a captação pelo mercado de trabalho de graduados formados em Angola e ou no exterior, através de concursos públicos e a otimização do processo produtivo que além de fomentar o mercado contribui para a cientificidade da gestão aos distintos níveis e organizações.

Os resultados indicam que o mercado de trabalho combina a estrutura formal com 10% dos empregos no público, 12% no privado e 78% no informal. O Subsistema do ensino superior é caracterizada exclusivamente por formal, o qual passou de uma IES em 1991 para cem em 2024. O crescimento deste setor particularmente representa um ganho indizível, sendo o que do ponto de vista social mais tem contribuído para a identidade cultural, consciencialização democrática, manutenção da ciência, da qualidade técnica e da qualificação da mão-de-obra.

Ambos emergem de um contexto de reformas e refletem a integração do objetivo de desenvolvimento sustentável 4 (educação de qualidade) e 8 (trabalho digno e crescimento económico) bem como da adaptação jurídica internacional.

Em último rácio, a pesquisa empírica mostrou percepções que convergem as asserções teóricas, com realce para o resultado dos estudantes perceberem baixa qualidade das condições de ensino, mas que buscam o ensino superior para obter empregos dignos e melhores salários.

Referências bibliográficas

Angola, Agência Angola Press. (2024). Privatização de 109 activos do Estado avaliado em 1,5 bilião de kwanzas. [Privatização de 109 activos do Estado avaliada em... \(angop.ao\).](#)

- Angola, Diário da República de Angola. I série n.º 23. Constituição da República de Angola, 05 de Fevereiro de 2010.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 122/24, de 04 de Junho. Diário da República. I Série – n.º 104. Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 221/20, de 27 de Agosto. Diário da República. I Série – n.º 131. Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 225/23, de 30 de Novembro. Diário da República. I Série – n.º 227. Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 310/20, de 07 de Dezembro. Diário da República. I Série – n.º 196. Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 46/24, de 01 de Fevereiro. Diário da República, I Série n.º 23 Vencimentos base dos Funcionários Públicos.
- Angola, Decreto Presidencial n.º 66/23, de 06 de Março. Diário da República, I Série Número 43 Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança.
- Angola, Instituto Nacional das Comunicações. (2024). [INACOM - Instituto Angolano das Comunicações - Internet \(gov.ao\)](#).
- Angola, Instituto Nacional de Estatística (2016) Projectão da População 2014 – 2050. [Publicacao 637586861813829303.pdf \(gov.ao\)](#).
- Angola, Instituto Nacional de Estatística (2020). Indicadores de Emprego e Desemprego, Inquérito ao Emprego em Angola. Relatório Anual de 2019 [Publicacao 638386274393742110.pdf \(gov.ao\)](#).
- Angola, Instituto Nacional de Estatística (2024). Inquérito de Indicadores de Emprego e Desemprego-Inquérito. Inquérito ao Emprego em Angola. 1ª edição. Folha de Informação Rápida do IEA - IV Trimestre de 2023 [Publicacao 638386203777972813.pdf \(gov.ao\)](#).
- Angola, Ministério das Finanças (2022). Relatório de Fundamentação Orçamento Geral do Estado 2023. [Microsoft Word - Relatório de Fundamentação do OGE 2023.AN - GCII\[1\].docx \(gov.ao\)](#).

- Angola, Ministério das Finanças. (2023). Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado [Microsoft Word - Relatório de Fundamentação do OGE 2023.AN - GCII\[1\].docx \(gov.ao\)](#)
- Banco Africano de Desenvolvimento. (2021). O Mercado de Trabalho em Angola e os Impactos da Pandemia da Covid-19. [o mercado de trabalho em angola 002.pdf \(afdb.org\)](#)
- Baptista, F. H. (2020). Educação Superior e Mercado de Trabalho: Expectativas e Interesses e Sua Relação com as Demandas no Desenvolvimento Profissional do Administrador. Stricto Sensu. Rio Branco, Acre. [sseditora.com.br/wp-content/uploads/Educação-Superior-e-Mercado-de-Trabalho.pdf](#)
- Carvalho, P. (2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola Evolution and growth of higher education in Angola. Revista Angolana de Sociologia. Edição electrónica URL: <https://journals.openedition.org/ras/422> DOI: [10.4000/ras.422](#) ISSN: 2312-5195
- Cassinela, O. I. S. (2022). Democratização da educação superior em Angola: inclusão e sucesso académico. Research, Society and Development, v. 11, n. 9, e44311932080, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32080>
- Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola. (2010) Relatório Económico de Angola. 2009.Luanda.
- Cerdeira, L.; Cabrito, B. G.; Mucharreira, P. R.; Mpanzo, A.; & Joaquim, J. A. (2023). Impactos da Covid-19 No Ensino Superior Lusófono: os casos de Angola, Moçambique e Portugal no Período de 2020 A 2022. *Revista Contemporânea*, 3(12), 26236–26262. <https://doi.org/10.56083/RCV3N12-078>
- Ernest & Young, S.A. (2021). RETFOP (2021). Estudo Especializado sobre o Mercado de Trabalho e Actividades Económicas. Projecto RETFOP - Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional de Angola (FED/2017/387-453), financiada pela União Europeia e implementado pelo Camões, I.P. Instituto da Cooperação e da Língua e pela Expertise France. [assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_ao/topics/strategy/pdfs/ey-retfop-relatorio-final-angola.pdf](#)

- Filho, Correia, J.M e Aleaga, Roa,T. (2021). A Historicidade do Ensino Superior desde a Génese até à Atualidade: Suas transformações e impacto no sistema educativo angolano. [A historicidade do Ensino Superior desde a génese até à atualidade: Suas transformações e impacto no sistema educativo angolano | Revista Educación, Política y Sociedad \(uam.es\)](#)
- Filipe, W. (2012). O Banco Nacional e a Crise Financeira. Mayamba. 1ª edição. Luanda.
- Fundo Monetário Internacional. (2024). Conselho de Administração do FMI conclui consulta a Angola, ao abrigo do Artigo IV, referente a 2023. [Conselho de Administração do FMI conclui consulta a Angola, ao abrigo do Artigo IV, referente a 2023 \(imf.org\).](#)
- Gonçalves, J. (2011). A Economia ao longo da História de Angola. Mayamba. 1ª edição. Luanda.
- Jornal Valor Económico (2025). Quase 80% dos empregos em Angola são informais, só 2,6 milhões têm emprego formal. [Quase 80% dos empregos em Angola são informais, só 2,6 milhões têm emprego formal - Valor Económico.](#)
- Liberato, E. (2019). Reformar A Reforma: Percurso Do Ensino Superior Em Angola. Revista Transversos. [scarvalhofilho,+dossie++texto+4 \(1\).pdf scarvalhofilho,+dossie++texto+4.pdf](#)
- Lopes, C. M. (2014). A economia informal em Angola: breve panorâmica. *Revista Angolana de Sociologia.RAS*. [A economia informal em Angola: breve panorâmica](#)
- Mendes, M. da C. B. (2013). A avaliação institucional no Ensino Superior em Angola como mecanismo de gestão da qualidade: tendências e lógicas subjacentes. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especialidade de Organização e Administração Escolar. Universidade do Minho Instituto de Educação. [Universidade do Minho: Avaliação da qualidade e educação superior em Angola : o caso da Universidade Agostinho Neto \(uminho.pt\).](#)
- Mercedes, M. M. E.; Cunningham,W.; Ngarachu, M. N. (2023). Bons Empregos para a Juventude Angolana : Oportunidades, Desafios, e Orientações de Políticas - Relatório de Política (Portuguese). Washington, D.C.: World Bank Group. [http://documents.worldbank.org/curated/en/099210502232360806/P174737020b1d101709def0fd1e971879f0.](#)

Nations Unies. (2020). OIT : l'impact de la Covid-19 sur le marché du travail plus sévère que prévu. (2021). [OIT: Impacto da Covid-19 no mercado de trabalho mais severo do que o esperado | Notícias da ONU \(un.org\).](#)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Institute for Statistics. (2024) SDG 4 SCORECARD PROGRESS REPORT ON NATIONAL BENCHMARKS. FOCUS ON TEACHERS. C.P 250 Succursale H Montréal, Québec H3G 2K8 Canada, (2024) [2024 SDG 4 Scorecard progress report on national benchmarks | Global Education Monitoring Report \(unesco.org\).](#)

Organização das Nações Unidas. (2020) E-Government Survey 2020 Digital Government in the Decade of Action for Sustainable Development e do E-government Development in Southern African Development Community (SADC) Countries: A comparative Perspective [UN E-Government Survey 2020.](#)

Rocha, M. J. A. (2024). Compreender a Angola de Amanhã...Hoje. Angola Catholic University Press. 1ª edição Luanda.

Rocha, M. J. A. da (2004) Opiniões e Reflexões. Colectânea de Artigos, Conferências E Palestras Sobre Angola, África e o Mundo. [Opiniões-e-reflexões-colectânea-de-artigosconferências-e-palestras-sobre-Angola-África-e-o-Mundo.pdf.](#)

Rocha, M. J. A; Paulo, F; Regina, S. Marcelo, T. Centro De Estudos E Investigação Científica-Universidade Católica de Angola. (2018). Estudos sobre a Diversificação da Economia Angolana. Angola Catholic University Press. *Veritas Vita*. Luanda.

Rocha, M. J. A; Paulo, F; Regina, S. Marcelo, T. Centro de estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola. (2023) Cenários de Crescimento da Economia Angola até 2030. E Impactos sobre o Emprego. 1ª edição.Angola. *Catholic University Press* 1ª edição Luanda.

Singui, O. A. G. (2025). Migração e Trabalho Informal em Luanda. O Caso dos Jovens Roboteiros. Periódicos Editora.

Teixeira. C. (2011). Faculdade de Direito. Universidade Agostinho Neto. A Nova Constituição Económica De Angola E As Oportunidades De Negócios E Investimentos. Comunicação Proferida Na Faculdade De Direito Da Universidade De Lisboa. Luanda. [fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Teixeira-Carlos-Nova-Constituicao-Economica-de-Angola.pdf.](#)

The World Bank. INEFOP. Bons Empregos Para a Juventude Angolana: Oportunidades, Desafios e Orientações Políticas. [World Bank Document](#).

United Nations General Assembly, A/RES 217/111, 1948, Declaration of Human Rights. [nr004388.pdf \(un.org\)](#)

United Nations General Assembly A/RES/70/1, de 21 October 2015, Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. [Microsoft Word - 1516301E.docx \(un.org\)](#)

United Nations. Department Of Economic and Social Affairs. (2020). E-Government Survey 2020 Digital Government in the Decade of Action for Sustainable Development. [2020 UN E-Government Survey \(Full Report\).pdf](#).